do substituto será idêntica à do substituído, sem diuturnidade.

Como se sabe que quem procura a escola é, obtido o diploma, logo aproveitado e não terá uma remuneração insuficiente, talvez suceda que as escolas sejam mais procuradas.

Isso se tem em vista conseguir com o presente diploma; e isto explica por que nêle aparece a disposição final, que parece deslocada. O certo é que tem o mesmo intuito de todo o decreto: atrair às escolas do magistério o maior número de candidatos.

Usando da faculdade conferida pela 2.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São criadas as Escolas do Magistério Primário para funcionarem no Funchal e Ponta Delgada, conforme o regime estabelecido pelos decretos-leis n.ºs 32:243 e 32:645, de 5 de Setembro de 1942 e de 26 de Janeiro de 1943, respectivamente, e pelo presente diploma.

§ único. As desposas com as Escolas do Funchal e de Ponta Delgada ficam a cargo da respectiva Junta Geral de distrito autónomo, mas a sua orientação e fiscalização pedagógicas, o recrutamento do seu pessoal e a acção disciplinar sobre êste competem ao Ministério da Educação Nacional.

Art. 2.º As Escolas do Magistério Primário do Funchal e de Ponta Delgada funcionarão nas instalações dos respectivos liceus e o seu pessoal docente, excepto o professor de didáctica especial e de legislação e administração escolares, será constituído por professores dêstes estabelecimentos de ensino, que são obrigados ao desempenho do serviço para que forem nomeados, podendo a todo o tempo ser substituídos.

§ 1.º A direcção das Escolas incumbe ao reitor e os serviços administrativos serão assegurados pelas secretarias dos respectivos liceus.

§ 2.º Ao director da Escola pertence a regência da disciplina de pedagogia e didáctica geral, devendo para a de psicologia aplicada à educação ser nomeado outro professor.

Art. 3.º O número de alunos a admitir nas Escolas do Funchal e Ponta Delgada será anualmente fixado pelo Ministro da Educação Nacional, não podendo exceder 40.

Art. 4.º As horas de serviço docente no liceu para os reitores dos Liceus do Funchal e Ponta Delgada não excederão as que, nos termos do § 1.º do artigo 3.º do decreto-lei n.º 27:084, podem ser atribuídas aos reitores dos liceus de maior lotação, e as dos professores de psicologia aplicada à educação e de desenho e trabalhos manuais educativos não excederão o mínimo que legalmente lhes pode ser atribuído.

Art. 5.º Pelo serviço de direcção da Escola e pela regência da disciplina de pedagogia e didáctica geral receberá o reitor a gratificação de 400\$ mensais e os professores de psicologia aplicada à educação e de desenho e trabalhos manuais educativos perceberão a gratificação de 75\$ por cada hora de serviço semanal.

Art. 6.º O Ministro da Educação Nacional fica autorizado a criar, por despacho, até mais cinco escolas do magistério primário no continente, se houver instalação para elas ou se as respectivas juntas provinciais lha facilitarem.

§ único. Estas escolas são submetidas ao mesmo regime das actuais.

Art. 7.º Com a criação de cada nova escola elevar-se-á de dez o número de bôlsas de estudo a distribuir aos alunos que reünirem as condições legais para lhes serem atribuídas.

Art. 8.º Os professores a que se referem as alíneas a) e c) do artigo 20.º do decreto-lei n.º 32:243, de 5 de Setembro de 1942, quando impedidos por qualquer motivo, serão substituídos por pessoas idôneas, escolhidas livremente pelo Ministro da Educação Nacional, que perceberão os vencimentos estabelecidos por lei para a respectiva categoria.

Art. 9.º Os professores a que se refere a alínea b) do artigo 20.º do decreto-lei n.º 32:243, de 5 de Setembro de 1942, serão substituídos nos seus impedimentos pelos professores que tiverem a seu cargo ou a quem fôr distribuída a regência das respectivas disciplinas em liceu da sede da escola ou no Instituto Nacional de Educação Física.

§ único. Quando se verificar a impossibilidade de assegurar o funcionamento do serviço pela forma estabelecida neste artigo, poderá o Ministro da Educação Nacional autorizar que seja contratada pessoa idônea, que, se fôr funcionário público, perceberá a gratificação de 45\$ por hora semanal e, se o não fôr, a gratificação mensal de 900\$ durante o exercício.

Art. 10.º Os professores designados nos termos dos artigos anteriores consideram-se como tendo-o sido por conveniência urgente de serviço e é-lhes aplicável o disposto na alínea a) do § 1.º do artigo 24.º do decreto-lei n.º 22:257, de 25 de Fevereiro de 1933.

Art. 11.º O Ministro da Educação Nacional designará, sob proposta da Direcção Geral do Ensino Primário, quais as escolas do ensino primário das cidades do continente onde forem criadas escolas do magistério primário e do Funchal que servirão para a prática pedagógica dos alunos-mestres.

§ único. As escolas que forem designadas nos termos dêste artigo é aplicável o disposto no artigo 49.º do decreto-lei n.º 32:243, de 5 de Setembro de 1942, e o preenchimento das vagas que ocorrerem nessas escolas será feito nos termos do artigo 9.º do regulamento aprovado pelo decreto n.º 25:954, de 19 de Outubro de 1935.

Art. 12.º As provas escritas e orais dos exames de admissão às escolas do magistério primário serão prestadas e julgadas em cada escola perante júris constituídos por dois professores, sob a presidência do respectivo director.

§ único. Os exames a que se refere êste artigo iniciar-se-ão em 20 de Setembro, em todas as escolas.

Art. 13.º O quadro dos professores do ensino primário é o que fôr definido pelo número de escolas autorizadas a funcionar.

Art. 14.º Os agentes de ensino incumbidos da regência de escolas primárias vagas ou cujos titulares estejam por qualquer motivo impedidos de as reger perceberão, durante o exercício, uma gratificação igual aos vencimentos que são atribuídos aos professores efectivos sem nenhuma diuturnidade.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Setembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Decreto n.º 33:020

As disposições do presente decreto visam os objectivos seguintes: determinar as quantidades de milho disponíveis para o consumo público, regular a compra e venda do referido cereal e a sua distribuição às populações.

Com o fim de assegurar a exactidão dos manifestos da produção e das existências, proceder-se-á à sua verificação pelas comissões reguladoras do comércio local e, onde fôr julgado conveniente, pelas suas delegações de freguesia. Esta operação é considerada fundamental, visto não ser possível efectuar uma distribuição equitativa sem o conhecimento exacto das disponibilidades.

Todo o milho será comprado e pago pela Federação Nacional dos Produtores de Trigo (F. N. P. T.), que o arrecadará em celeiros próprios ou deixará nos celeiros dos produtores até ser lançado no consumo, mediante o pagamento de uma taxa de armazenamento e conservação.

Procurou-se utilizar o comércio por grosso como instrumento de distribuição do cereal, no desejo de não coarctar, ou o menos possível, as actividades privadas. Mas os abusos cometidos e a tendência já revelada para actos da mais desenfreada especulação, em face da carencia do produto e das dificuldades de transporte por mar, levam o Governo, como providência exigida pelo bem comum, a assimilar o regime de compra e venda do milho ao adoptado para a movimentação das colheitas de trigo e de centeio.

O milho destinado ao consumo local será guardado, como se disse, nos celeiros da F. N. P. T. ou dos produtores e distribuído aos moinhos e azenhas e aos particulares pelas comissões reguladoras concelhias; as faltas serão supridas com o milho colonial e com as sobras de outros concelhos.

Se houver necessidade de adoptar restrições de consumo, espera-se que sejam compreendidas por todos como inelutável imposição dos acontecimentos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os produtores e possuidores de milho são obrigados a efectuar o manifesto das suas colheitas e existências perante as comissões reguladoras do comércio dos respectivos concelhos.

§ 1.º Consideram-se abrangidos pela disposição deste artigo como produtores:

- a) Os proprietários e os rendeiros que cultivem milho directamente ou em regime de parçaria;
- b) Os seareiros;
- c) Os indivíduos ou entidades que recebam rendas, foros, pensões ou outras prestações em milho;
- d) Os indivíduos ou entidades que debulhem milho à maquia.

§ 2.º Os impressos para o manifesto serão fornecidos pela F. N. P. T. e distribuídos pelas comissões reguladoras do comércio concelhio.

§ 3.º O manifesto será feito no prazo de dez dias após a debulha e nunca depois de 31 de Outubro, devendo o milho recolhido em espigueiros ser manifestado por estimativa até esta data.

§ 4.º É admitida uma tolerância de 10 por cento para mais ou para menos nos manifestos dos produtores.

Art. 2.º Os manifestos deverão conter as indicações seguintes:

- a) Nome e residência do manifestante;
- b) Lugar da produção e entrega do cereal;
- c) Quantidades reservadas para sementeira;
- d) Quantidades reservadas para consumo da casa agrícola;
- e) Quantidades necessárias para pagamento de rendas, pensões, foros e outras prestações;
- f) Quantidades disponíveis para venda.

§ 1.º Os manifestos deverão ser assinados pelo manifestante ou por outrem a seu rôgo.

§ 2.º O milho produzido em prédios que se encontrem em comum e pro-indiviso ou em explorações agrícolas

pertencentes a mais de uma pessoa constará de um único manifesto, que será feito pelo cabeça de casal, gerente ou administrador.

§ 3.º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a qualidade do manifestante será comprovada perante a comissão reguladora do comércio concelhio, se não fôr reconhecida por esta entidade.

§ 4.º Efectuada a partilha ou dissolvida a exploração agrícola, podem os interessados requerer à F. N. P. T. o desdobramento do manifesto e o registo, em nome de cada um, da parte que lhe couber.

§ 5.º O manifesto deve ser efectuado tomando por unidade o quilograma, podendo também ser expresso em litros.

§ 6.º Um manifesto a que se refere este decreto substitue o manifesto estatístico referente à produção de milho continental.

Art. 3.º A exactidão dos manifestos será sempre verificada pelas comissões reguladoras do comércio concelhio e, onde fôr julgado conveniente, pelas suas delegações nas freguesias, que serão compostas pelo presidente da junta, pelo regedor e por um homem bom nomeado pelo governador civil.

§ único. Para efeito do disposto neste artigo poderão as referidas comissões proceder a inquérito directo às existências dos manifestantes.

Art. 4.º A falta ou inexactidão do manifesto serão punidas pela forma estabelecida no artigo 4.º e § 1.º do decreto-lei n.º 31:564, de 10 de Outubro de 1941.

Art. 5.º O apuramento dos manifestos será efectuado nas comissões reguladoras do comércio concelhio, pelo pessoal do quadro municipal que fôr designado para isso e pela forma indicada nos mapas fornecidos pela F. N. P. T.

§ 1.º No apuramento as quantidades serão sempre expressas em quilogramas, para o que se farão as necessárias conversões.

§ 2.º Os mapas do apuramento serão enviados à F. N. P. T., à medida que forem concluídos, acompanhados dos manifestos que serviram de base à sua elaboração, ficando um duplicado dos referidos mapas e o duplicado do manifesto na posse das comissões reguladoras do comércio concelhio.

§ 3.º A F. N. P. T. enviará ao Instituto Nacional de Estatística os talões dos manifestos e nota dos apuramentos de que este necessitar.

Art. 6.º Os actos de compra e venda de milho produzido no território continental só são permitidos:

1.º Entre os produtores e possuidores designados no artigo 1.º deste decreto e a F. N. P. T.;

2.º Entre a F. N. P. T. e as empresas de moagem ou entre aquela entidade e os particulares para seu consumo;

3.º Entre os produtores, quando se trate apenas de quantidades destinadas a sementeira e mediante autorização da F. N. P. T.

Art. 7.º O milho será entregue à F. N. P. T. ou à sua ordem, para consumo público, à medida que fôr oferecido pelos produtores ou lhes fôr requisitado, mediante o pagamento do seu preço.

§ 1.º A F. N. P. T. promoverá a recolha e armazenamento do milho em celeiros próprios ou arrendados, com destino ao consumo dos respectivos concelhos, e a parte sobrança de outros, deficitários.

§ 2.º A F. N. P. T. poderá também efectuar a aquisição do milho, ficando este depositado nos armazéns ou espigueiros do produtor até ser lançado no consumo; neste caso o produtor será havido por fiel depositário do milho para todos os efeitos legais.

Art. 8.º As quantidades de milho para consumo de cada concelho serão determinadas pela Intendência Geral dos Abastecimentos, tendo em atenção as dispo-

nibilidades de cereal, o número de habitantes e os usos da região.

Art. 9.º O milho de produção continental destinado ao consumo público será vendido pela F. N. P. T. às moagens de ramas ou aos particulares para seu consumo e a distribuição far-se-á em conformidade com as regras seguintes:

1.º Pelas comissões reguladoras do comércio concelhio quando se trate de milho existente no concelho;

2.º Pela Comissão Reguladora das Moagens de Ramas se se tratar de suprimento proveniente de outros concelhos.

§ único. O milho colonial será também distribuído pela Comissão Reguladora das Moagens de Ramas.

Art. 10.º A farinha resultante do milho vendido às moagens de ramas será distribuída pelas mesmas comissões reguladoras do comércio concelhio às padarias ou particulares para o seu consumo.

§ único. As quantidades a distribuir a cada padaria serão fixadas pelo respectivo grémio dos industriais de panificação.

Art. 11.º A utilização das reservas de trigo, centeio e milho para consumo próprio e das casas agrícolas não poderá exceder as quantidades autorizadas pelas comissões reguladoras do comércio concelhio, segundo as normas estabelecidas pela Intendência Geral dos Abastecimentos.

Art. 12.º A compra e venda de trigo, milho e centeio em mercado livre serão punidas pela forma estabelecida no decreto-lei n.º 29:964 para os crimes de assambarcamento.

§ único. As entidades que efectuarem os transportes dos cereais a que se refere este artigo e das farinhas incorrem nas penas estabelecidas no § 2.º do artigo 5.º do decreto-lei n.º 32:086, de 15 de Junho de 1942.

Art. 13.º As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos por despacho do Ministro da Economia.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 1 de Setembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.